MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO
EDITAL Nº 3 – MPE/ES, DE 3 DE MAIO DE 2010

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO torna pública a **retificação** do subitem **8.1** do Edital nº 1 – MPE/ES, de 15 de abril de 2010, a **retificação** dos tópicos 47, 55, 60, 61 e 63 do tema I, do tópico 43 do tema II, e dos tópicos 78 (letra a) e 79 (letra a) do tema VII dos objetos de avaliação constantes do item **18** do Edital nº 2 – MPE/ES, de 22 de abril de 2010, publicados no *Diário Oficial do Estado do Espírito Santo*, que passam a ter a redação a seguir especificada, bem como a **exclusão** do tópico 62 do tema I dos referidos objetos de avaliação, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido edital.

(...)

8.1 A prova discursiva (P_2), Parte I e Parte II, valerá 20,00 pontos e consistirá em quatro questões discursivas (parte I), no valor 10,00 pontos, e da elaboração de duas peças processuais (parte II), no valor 10,00 pontos, abordando temas relacionados com as seguintes áreas de conhecimento: **Grupo I** – Direito Penal, **Direito Penal e Processual Penal Militar,** Direito Processual Penal e Direito de Execução Penal; **Grupo II** – Direito Civil, Direito Comercial e Falimentar, Direito Processual Civil, Direito do Consumidor, Direito da Criança e do Adolescente; **Grupo III** – Direito Constitucional, Direitos Humanos, Direito Tributário, Direito Administrativo, Direito Previdenciário, Direito Eleitoral, Direito Ambiental, Direito das Pessoas Portadoras de Deficiência e dos Idosos, Organização e Divisão Judiciárias do Espírito Santo e Legislação Institucional; **Grupo IV** – Prática Forense Penal e Prática Forense Cível.

(...)

18 DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO (HABILIDADES E CONHECIMENTOS)

(...)

I – DO DIREITO PENAL

(...)

47) Delitos contra a natureza e meio ambiente (Leis nº 4771/65 - Código Florestal, 5197/67, **11.959/2009**, 9605/98 e DL 221/67).

(...)

55) Corrupção de Menores (Lei nº **12.015/2009**).

(...)

60) Crimes da Lei Antitóxico (Lei nº **11.343/2006**).

61) Da Lei Antidrogas (Lei nº **11.343/2006**).

(...)

63) Crimes falimentares (**Lei nº 11.101/2005**).

(...)

II – DO DIREITO COMERCIAL E FALIMENTAR

(...)

43) **Leis de Falência e Recuperação de Empresas. Lei de Falência e Recuperação de Empresas Preventiva. Lei de Falência e Recuperação de Empresas Suspensiva.**

(...)

VII – DOS DIREITOS DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA E DOS IDOSOS

(...)

78) Direitos das pessoas portadoras de deficiência
   a) Legislação Federal (Constituição Federal; Lei nº 7853, de 24/10/89; Decreto nº **3.298/1999**, de 06/09/93; Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei nº 8213, de 24/07/91, artigo 89 usque 93 e Lei nº 8742, de 07/12/93 - Lei Orgânica de Assistência Social).

(...)

79) Direitos dos idosos
   a) Legislação Federal (Constituição Federal, Estatuto do Idoso - Lei nº 10.741/2003, Lei nº 8842/94, Decreto nº 1948/96, Portaria **Federal nº 1.868/2005**, Lei 8742/93).

(...)

Vitória, 3 de maio de 2010.

FERNANDO ZARDINI ANTÔNIO
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA